

Revista anti-moderna, anti-liberal,
anti-democrática, anti-bol-
chevista e anti-bur-
guesa

ORDEM NOVA

Contra-
-revolucionária;
reaccionária; católica;
apostólica e romana; monár-
-quica; intolerante e intransi-
-gente; insolidária com escritores,
jornalistas e quaisquer profissionais
das letras, das artes e da imprensa

ANO 1.º SETEMBRO NÚM. 7

LISBOA

1 9 2 6

ORDEM NOVA

REVISTA MENSAL

Redactores fundadores:

Albano Pereira Dias de Magalhães
Marcello Caetano

Secretário e editor: *J. Fernandes Júnior*

REDACÇÃO: *Rua do Norte, 57 – COIMBRA*

ADMINISTRAÇÃO: *Largo do Directório, 8, 3.º – LISBOA*

Composição e impressão: *Imprensa Beleza—R. da Rosa, 99 a 107—LISBOA*

Propriedade de *José Fernandes Júnior*

SUMÁRIO

Nota mensal.....	<i>Redacção</i>
A alavanca do Progresso (1).....	<i>Pedro Theotónio Pereira</i>
Mousinho da Silveira e os franceses de Junot	<i>Rodrigues Cavalheiro</i>
Guerra ao fado!.....	<i>Ribeiro da Silva</i>
Pensamentos, Palavras & Obras: — Não pôde ser!, M. C.; — Respondendo ao Sr. Mário de Castro, António Abrantes Tavares; — Isso: — Salvemos as raparigas; — Promessas da «Ordem Nova»; — S. Francisco de Assis; — O salvador de Moçambique, R. S.	



Nota mensal

No passado número da «Ordem Nova», Nuno de Montemór, nosso querido Amigo e camarada, prestou a sua homenagem aos padres jesuitas na pessoa do antigo Provincial português, Rev.º Gonzaga Cabral.

Quere a redacção desta revista associar-se de alma e coração ao gesto do ilustre escritor nacionalista que é Nuno de Montemór. E julga este momento próprio para o fazer porquanto o livro a que o artigo em questão se refere, nos oferece mais do que um motivo para exigirmos de todos a justiça devida à benemérita e caluniada Companhia de Jesus.

Primeiramente, porque o livro do P.º Gonzaga Cabral é a história serena e imparcial da acção dos jesuitas no Brasil. E ninguém deixará as páginas dêle sem uma admiração assombrada pela obra gigantêsca realizada àlem-mar pelos grandes perseguidos do jacobinismo vermelho. Não é de resto o eminente exilado português o primeiro a reivindicar para a sua Ordem a justiça que lhe é negada. Antes dêle, uma brilhantissima pleiade de brasileiros, inteligentes e cultos, entre os qua's sobresaem historiadores como Teodóro Sampaio, Eduardo Prado, Couto de Magalhães e Capistrano de Abreu e oradores como Ruy Barbosa e Joaquim Nabuco, tinham já em nome da sua Pátria, prestado aos jesuitas o preito de gratidão que a civilização brasileira há-de exigir que seja prestado, enquanto se erguer no Mundo a atestar um prodigioso esforço, uma superior abnegação e uma pro-

funda inteligência que as armas só por si não levaram à terra de Santa Cruz.

Em segundo lugar, não nos esqueçêmos de que o livro agora publicádo constituia um capítulo da «História da Colonização do Brasil», obra monumental cuja publicação foi infelizmente suspensa; e que nessa obra, que Carlos Malheiro Dias dirigiu, colaborou a melhor parte do nosso escol intelectual. Representava a Academia das Sciências de Lisboa na direcção do livro uma comissão de Académicos composta pelos snrs. Lopes de Mendonça, Virgílio Machado, Júlio Dantas, Baltazar Osório, Estêves Pereira, António Baião e Pedro de Azevêdo. Foram seus colaboradores Luciano Pereira da Silva, Duarte Leite, Julio Dantas, Jaime Cortezão, Lopes de Mendonça, António Baião, Esteves Pereira, Agostinho de Campos, Oliveira Lima, Paulo Merêa, Jordão de Freitas e Pedro de Azevêdo.

A presença dum jesuita entre tantos homens ilustres nas sciências e nas letras, muitos dos quais não pertencem ao nosso campo, convidado para historiar a acção dos membros da sua Ordem, tem uma significação tão importante que ninguém, certamente, deixará de a compreender.

De resto, justiça seja feita a quem a ela tem direito, não datam de agora as tendências dos próprios intelectuais portugueses não-católicos, para darem á Companhia de Jesus a honra que lhe pretenderam tirar. Não esquecerêmos, por exemplo, que o sr. António Sérgio mais de uma vez tem reagido contra a lenda caluniosa dos jesuitas e que ainda há bem pouco tempo, ao julgar a «História de Portugal», de Oliveira Martins, censura «êsse inexcedível monumento da mania da perseguição que é a «repulsiva» (o qualificativo é de Camilo) a repulsiva Dedução Cronológica». E é ainda

Antônio Sérgio que numa nota a um artigo também de Oliveira Martins, presta justiça à casuística jesuítica.

Nós, regosijando-nos com estes triunfos da Companhia de Jesus, fazêmos votos porque num dia próximo possamos vêr revogadas as leis iníquas que vexam o nosso país.

A ALAVANCA DO PROGRESSO

I

Recordo-me que, aqui há uns dois anos, Mussolini, numa audiência aos representantes dos jornais italianos, cortou de súbito a arenga que um dêles lhe estava desenrolando sobre a liberdade de imprensa com esta frase dura:

— Liberdade, não! Apenas liberdades . . .

A interrupção de Mussolini é absolutamente lógica, digna da sua obra e do seu génio. É até, por assim dizer, a revelação extraordinária duma vitória decisiva do seu espirito superior contra os espantalhos tão risíveis como perniciosos colocados no caminho positivo das Nações.

O êrro vem, de resto, de muito longe. Nesta forma particular de *alavanca do Progresso*, *veículo* do referido Progresso (será alusão sangrenta ao modo de tracção?), Deusa Opinião Pública, Sentinela da Liberdade e outras quantas metáforas utilizadas para designar a imprensa, a mistificação tomou tais propor-

ções que enche todo o Século XIX, subjuga-o, esmaga-o no seu triunfo e na sua onnipotência, e a ponto tal que quasi se poderia propôr-lhe antes o epíteto de *Século da Imprensa* por *Século das Luzes*, se luzes e imprensa não são, porventura, sinónimos grandiosos.

Todos êsses cem anos passam na Europa sob o gemer desenfreado dos prélos, a perturbante generalisação no papel grosseiro das gazetas, do exclusivo ominoso da estátua de Pasquino. Os homens, fartos da supremacia bruta do direito da fôrça, deslumbra-ram-se com a supremacia fácil da fôrça do direito pela recorrença aos altares quotidianos da prosa impressa. O aço das espadas passou para os aparos das canêtas de pataco. Os pingos deixaram de ser de sangue para serem de tinta. Ao tribuno verbôso do Parlamento correspondeu o jornalista audaciôso da Praça Pública. As palavras passaram a ter um consumo insólito.

Este viver deleitado à volta de mitos sonóros, resuscitando a controvérsia brilhante de Bisâncio, afastando os ímpetos bruscos da natureza humana, adormecendo-lhe a acção, corrigindo-lhe as asperezas de expontaneidades primitivas, trazendo a existência para um terrêno de conciliação cómoda, adoçando os choques com plataformas oportunas de transigência, envolvendo tudo e todos no manto sofisticado do livre-

exame, da discussão e da opinião, isto a que se poderia chamar, no fim de contas, o principio social do Século XIX, vingou e criou raizes. Só de longe em longe um imprudente mais apaixonado, dos campos distantes do absolutismo ou do comunismo, lhe ros-nou à face magestosa. Tudo se passaria até dentro da fraternidade universal dos marcos de fronteiras der-rubados, enquanto o corcel do Progresso iria levan-do os povos pela rampa suave da Evolução, se cer-tas revivescências odiosas da fôrça bruta não trouxes-sem, de vez em quando, um tropear de botas altas sôbre as liberdades públicas, ou não surgisse a do-minar o materialismo insuportável dum sabre, com a ameaça pouco académica dos propósitos de Bonapar-te ao embarcar no Egito:

---Je vais chasser les avocats!

Mas Napoleão passou e os seus veteranos mor-rêram na penúria. Do seu furacão de violência lan-çado atravez da Europa, restaram apenas as brechas abertas nos muros de bronze das instituições secula-res. E foi por essas brechas que meteu a sua cabeça de carneiro a alavanca do progresso...

A imprensa tornou-se onnipotente. Todas as me-táforas empregadas não eram mais que palidas ho-menagens a reconhecer-lhe sob aspectos tão diver-sos essa onnipotência de assombro. A caneta de pa-

taco foi de facto o arbitro dos destinos do mundo. Omnipotente e omnisciente, à sua protecção se chegaram o artista ávido de fama e o parasita faminto de se anichar, ante a sua sabedoria iluminada se curvou a justiça, desfilaram em parada os dogmas da Igreja e as conquistas da sciência. E os próprios reis, vagamente duvidosos da eficácia do direito divino, passaram a mandar comprar de manhã a gazeta, como qualquer mortal e a governar as cada vez mais debeis redeas do poder, conforme a intimação empolada dos artigos de fundo ou a sugestão reptilica das locais e dos écos anónimos . . .

Quando a revolução de Julho veio afirmar à Europa que «o mundo para traz não andava» e que a restauração efemera do legitimismo francês, em breve passaria aos dominios da história, puderam com bastante razão os jornalistas de Paris berrar que a partida tinha sido ganha por eles. E a simbolisar a Europa de então, basta recordar a réplica quente e formalisada que o sr. de Chateaubriand atirou aos seus colegas da Camara dos Pares quando estes, ao som das primeiras descargas, lhe pediam que salvasse a Monarquia:

—Salve-se primeiro que tudo, meus senhores, a liberdade de imprensa!

E salvou-se, não resta dúvida.

Se Daudet teve que chamar «estúpido» ao Sécu-

lo XIX, muito para isso concorreu a crôsta de idéas falsas e de disfarçada ignorância com que ela barrou o espirito do povo. Esta hipertrofia inteiramente abusiva duma função que nunca deveria ter saído dos seus naturais e acanhados limites, só à sua parte triplicou, pelo menos, todos os males do século. Functionou como um venêno corrosivo, complicando e agravando as chagas e as dificuldades do tempo. Assim como o sufragio universal e o parlamentarismo dominaram no campo politico, a imprensa foi senhora do campo social.

Criada uma sociedade à imagem dos *Direitos do Homem*, aberto o caminho do poder a todo o arrivista sem escrúpulos, arranjando-se as coisas de baixo para cima, sacudindo todas as diferenças de nivel e influências de autoridade natural, alheiado do prestigio das idéas eternas, fatalmente que o mundo ia pertencer a uma fauna nova. E assim como surgiram os politicos, horda heterogenea de gente sem profissão, sem responsabilidade, sem principio nem fim, espécie de Casta de Brahmanes, encarregados de gerir o destino das Nações, apparecêram outros individuos, igualmente sem função definida, exclusivamente empenhados em falar por nós:—os sacerdotes da Opinião Pública. Toda a gente se recorda da deliciosa ironia com que Eça de Queirós, em quási todos os seus livros, os estudou e os criticou. O gran-

de escritôr que, filho duma época de scepticismo, raramente saía do seu sorriso indiferente de «vencido da vida», não poupou, não, — e com que cruel indignação! — a droga e os droguistas. Desde a carta admirável de Fradique Mendes sôbre os «fenómenos picarêscos de decomposição social» (os nossos jornais) até ao Palma Cavalão de *Os Maias* e ao Melchior de *A Capital*, em toda a sua obra se acusa a peste danada da literatice vadia.

Insufladôra de vaidades negativas, amparo fiel de quantas nulidades e mediocridades aproveitaram o baixa-mar politico para se lançar ao saque da náu do Estado naufragada, incitadôra irresponsável de todos os crimes e de todos os êrros sociais, a imprensa, na situação abusiva a que se guindou, há de fatalmente acompanhar na queda o sistêma de idéas que a tornou possível. Se Madame Roland, ao proferir a apostrofe célebre à Liberdade, pudesse antevêr a sua filha do Século XIX — a liberdade de imprensa, — sufocaria a rétorica e iria para a eternidade sem a menor ilusão.

A Democracia e toda a sua miragem grosseira está, ao que parece, decididamente e finalmente em falência. Os parlamentos fazem penitência por um silêncio rigoroso da verborreia que correu a jôrros durante anos e anos. As quadrilhas politicas debandam, como quando morre o chefe de prestigio nas quadri-

lhas de ladrões. Os outros regeneram-se e entram na vida normal ou vão para as galés regenerar-se à fôrça.

Corre pela Europa um vento novo, tão estranhamente salutar, que mais estranho ainda parece o tempo imenso que ele tardou para afastar as brumas mentirosas. Sentem-se as realidades duras, mas realidades, do trabalho e do sacrificio, e é por elas que as Nações caminham para se curar.

E foi preciso que na Grécia — o país desgraçado em que parece ter ficado imortal a gentalha do tempo de Temístocles, enxertada dum francesismo que a «democratisou» à maneira moderna — foi preciso que na Grécia tombasse um esbôço de dictador, republicano e vago, para se ouvir falar outra vez em liberdades públicas, gabinetes de concentração, respeito à Constituição, representantes dos partidos e outras curiosidades que em quási todos os paizes saídos da modôrra mortal se julgam já pré-históricas.

Ante o conceito novo de Estado que começa e a politica de realidades a que os povos são obrigados, teem de ceder quási todas, senão todas as grandes mistificações que nos desorganisaram e que nos corromperam.

Nêstes altos e baixos a que se reduz afinal a evolução dos scenários mundanos da vida do homem, caminhando por entre eles para destinos mais altos,

julgo que estamos atravessando uma época igual, senão na proporção pelo menos na essencia, a todas em que os povos depois duma embriaguez muito grande acordam para as realidades da existencia, à semelhança do filho pródigo da parábola no despertar da ultima orgia, sem dinheiro, sem forças, sem ilusão . . .

O caminho então na frente, para os homens e para os povos, é um só: o trabalho, o sacrificio, o espirito forte e simples dos que comem o pão amassado com o suor do seu rosto. Nenhum mais. Este destino corajoso e implacável, ou ficar caído na valeta . . .

È a regeneração não se dá senão pela volta a uma vida orgânica, natural e sã. Preparado o meio próprio, anuladas as causas de infecção social, essa regeneração será fácil e impetuosa como o remontar da maré.

Com a queda da farçada grotesca do parlamentarismo e do seu cortejo do carneiro com batatas, a humanidade ganhará um pouco mais de decencia, de sobriedade e de sinceridade. Pelo menos, por uns tempos,—e estes espaços de tempo às vezes na história são séculos—o ambiente moral e social ficará mais limpo. O cabotinismo de exhibição que assomou em todas as manifestações da vida moderna ficará levemente corrigido, mas corrigido.

È o papel pernicioso da imprensa, que perturba, agrava e envenena, esta mistificação de uma opinião

pública quotidiana, a tres tostões, caprichosa, ociosa e tagarela como as comadres do soalheiro, não pode deixar de se apagar e desaparecer, varrida pela vassourada de bom senso que lhe atirará a necessidade imperiosa do bem comum.

Pedro Theotônio Pereira.

Atentou V.^a Ex.^a já na subversão perigosíssima que podem lançar no espírito e na consciencia de um povo cem ou duzentos periódicos dirigidos e redigidos por outros tantos homens sem disciplina moral e sem regimen scientifico; atrazando a divilização com a propaganda dos êrros mais grosseiros; discutindo a política e a administração na enciclopédica ignorância da vasta e complicada sciencia social; criticando tudo, os actos públicos, os actos religiósos, os actos morais, sem nenhum sistêma filosófico, sem nenhuma unidade de vistas, sem nenhuma compreensão de conjunto e de equilibrio? Pensou já V.^a Ex.^a no temeroso perigo que resulta para os destinos de uma sociedade, do facto de serem públicamente e minuciosamente tratadas em cada dia as suas questões de sciência, as suas questões de moral e as suas questões de honra por individuos dos quais ignoramos absolutamente se teem ou não a iniciação das ideias, a religião da justiça e a compenetração do dever?

Ramalho Ortigão — "As Farpas" — (Carta a Carlos Bento) vol. 2.º

Mousinho da Silveira e os franceses de Junot

Borges Grainha escreveu um dia que a história da Maçonaria em Portugal anda, desde as suas origens, ligada à história da Nação, Pelo que diz respeito ao periodo da difusão das ideias saídas da Revolução - Francesa — periodo preparatório da investida napoleónica, a afirmação de Borges Grainha é duma exactidão flagrantissima. Foi nos *clubs* maçónicos, nos conciliabulos secretos das *lojas* que se preparou a intriga e se planeou a obra de traição que tiveram como desfecho a entrada em Portugal dos esfarrapados soldados de Junot.

Num rápido artigo, como êste que estamos escrevendo, torna-se impossível traçar, mesmo ao de leve, o simples recorte dos factos. «Percorra-se a *História da Guerra Civil*, de Luz Soriano, — escreve António Sardinha, — e pela simples exposição dos acontecimentos terminantemente se conclui que a Maçonaria servia os designios de Napoleão através dos seus entendimentos com Lannes e com Junot, embaixadores de Bonaparte em Portugal». Na verdade, com a subida ao poder do denominado *partido-francês* — cujas afinidades com a Maçonaria eram por demais conhecidas — o govêrno da Nação caíu, immediatamente, nas mãos daquêles elementos que, directa ou indirectamente favoreciam, entre nós, os planos do Imperador. Com a agudeza de sempre, António Sardinha detalha: — «Evidentemente que a vinda de Junot fôra preparada muito de atrás nos clubs revolucionários. A Maçonaria não se alargava, porém, nas suas simpa-

tias por Napoleão, receosa da luneta sempre vigilante de Pina Manique. Conseguiu Bonaparte impôr-se, de modo a obter a demissão do Intendente e a queda do chamado *partido-inglês*, então no poder.”

O *partido-francês* e o *partido-inglês* eram os dois pólos em que oscilava toda a política interna de então e com ela a projecção de Portugal no concôrto das demais nações europêas. Um, era o partido da paz humilhante; o outro, o partido da desafronta belicosa. Regressêmos à citação de António Sardinha: — “O *partido-inglês* era o partido da guerra, — era o partido que, apoiado na aliança britânica e tendo D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. João de Almeida à sua frente, não queria da França senão o estado de hostilidade aberta, portanto, uma aceitação honrosa da luta. Pelo contrário, o *partido-francês* preconisava a neutralidade, que, comprada a peso de ouro, não só descurava a defesa nacional, como ia trasladando para os cofres de Bonaparte todos os recursos do nosso exaurido erário.” As preferências do regente — devêmos acentuá-lo — iam todas para o *partido-inglês*, acorde com as vantagens que a velha aliança representava nêsse momento, mais do que nunca.

Lannes em Lisboa teve como principal missão organizar um núcleo de vontades favorável aos interêsses da França. Acúrsio das Neves, que presenciou os acontecimentos, di-lo claramente; o insuspeito Luz Soriano dá-o bem a entender ao longo da sua vasta obra. O auxilio que então a Maçonaria prestou ao enviado de Bonaparte devia ter sido precioso. Afastado Pina Manique e instalados ao alto da governação publica homens como António de Araújo e Azevêdo, maçon de categoria, estava desbravado o caminho para a traição.

Não vamos agora deslindar aqui todos os passos dessa politica tortuosa e hesitante, que nos atirou para um desastre quási irremediável. A bibliografia que ao assunto interessa é imensa, e é para lamentar que não possüamos ainda um vasto quadro da época onde os caractéres e as acções apparecessem firmemente vincados. Num volume por muitos titulos curioso — *O Conde de Linhares*, do Marquês

do Funchal, — esclarecem-se grande parte das flutuações governativas dêsse estranho período. O *Diário de Junot*, que Cristóvão Aires fez publicar no volume XII das *Provas* da sua *História do Exército Português*, é também rico de preciosas informações. E com António Sardinha podemos concluir pela certeza duma estreita cumplicidade de António de Araújo com os planos absorcionistas de Napoleão.

Não nos deteremos na análise dêsse tórvo capítulo da nossa história. Escancaradas as fronteiras ao invasôr, a Maçonaria só cuida depois em facilitar o aprisionamento da Família Real, para, dêste modo, satisfazer por completo a vontade do Imperador. Algumas dedicações fieis fazem abortar tudo o que se premeditava. E com a retirada do Regente assegurou-se a independência futura de Portugal. (1)

Às portas de Lisboa — todos o sabem — foi Junot saúdado por uma deputação de maçons. E julgamos oportuno recordar as afirmações que, então, os de avental e trôlha fizeram ao inimigo: — *«... esta comissão declarou que era aos bons officios da maçonaria portuguesa, que se devia o acolhimento feito pelo país, e nenhuma resistencia à entrada do exercito francês em Portugal»* (Fonseca Benevides). Não se póde duvidar da autenticidade do que acima deixamos transcrito, visto que é o próprio Junot quem, em carta a Napoleão, o confirma por completo, escrevendo: — *«... j'avais reçu dans la journée beaucoup de monde, dont la plupart francs-maçons, m'ont beaucoup servi pour faire rentrer le peuple dans la tranquillité.»* (30 Nov. 1807).

(1) As cartas de Mousinho da Silveira publicadas em «O Instituto», pelo sr. dr. Laranjo Coelho, e a que adiante fazemos referencia, trazem material novo ao debatido problema histórico da saída de D. João VI para o Rio, em 1807, como brevemente toremos ocasião de anotar.

Ora, é justamente uma das provas de solidariedade que a Maçonaria concedeu à enfase governativa de Junot que, inesperadamente, nos é revelada na correspondência de Mousinho da Silveira, publicada há pouco, em *O Instituto* (Quarta série, N.º 3), pelo sr. dr. Laranjo Coelho, investigador ilustre a quem se devem assinaladíssimos serviços. (1)

Mousinho da Silveira foi, durante algum tempo, elemento activo adentro das *lojas* maçónicas. Ignoramos se ele estava já filiado nas associações secretas, que favoreciam os manejos dos franceses, quando se deu a primeira invasão. As palavras de Mousinho, que adiante se reproduzem, mostram-nos, no entanto, a simpatia que o inimigo lhe inspirava, — como inspirava a Alorna, a Gomes Freire, a Pamplona e a tantos outros que a história oficial havia de glorificar depois...

Ao tempo em que Junot dispunha em Lisboa de vidas e fazendas, já Mousinho da Silveira — como no-lo revela o sr. dr. Laranjo Coelho, — se havia pôsto em contacto com alguns dos mais entusiásticos influentes do nascente partido liberal, que se apoiava, quasi que exclusivamente, nas iniciações secretas dos *clubs* revolucionários. E a benevolência com que as tropas usurpadoras eram olhadas por esse grupo de portugueses de duvidoso patriotismo, avalia-se lendo alguns trechos das cartas de Mousinho, agora vindas a público.

Na carta VII (9 de Dezembro de 1807) Mousinho da Silveira exprime-se dêste modo: — "*Os Francezes são boas gentes...*". Mas é na carta seguinte que convem fazer demorar a nossa atenção,

E' sabido que no dia 13 de Dezembro de 1807, que era um Domingo, praticaram os invasôres, em Lisboa, um acto a que muitos portugueses, ofendidos no seu brio patriótico, não puderam assistir

(1) Trata-se de oito cartas, escritas em Lisboa, entre Setembro e Dezembro de 1807, para Castelo de Vide.

impassiveis. Mais de cinco mil franceses, reunidos no Rossio, entre o troar da artilharia e clamorosos vivas à França e a Napoleão, saíram a sua bandeira que, em substituição da portuguesa, se arvorou, então, no Castelo de S. Jorge. Em muitos pontos da cidade houve graves motins, tendo a população atacado a tiro forças do exército usurpador. No dia seguinte os tumultos redobraram, e de parte a parte se registaram mortes e ferimentos. Eram os primeiros protestos contra a dominação; era o primeiro sangue que se vertia pela restauração da nossa independência.

Pois bem. Perante tão grave insulto à dignidade dos portugueses o vínculo maçónico, a comunhão das idéas revolucionárias, que não conhecem Pátrias, antes até são inimigas de todos os nacionalismos — necessariamente opostos ao individualismo desenfreado de 89, — uma vez mais, alheando-se de todo o elementar sentimento de amor à Terra e à Bandeira, conseguiram irmanar, sob a inspiração do triângulo simbólico, aqueles que se haviam entregado à sedução dum tão falso humanitarismo. É muito curioso constatar êsse bem singular fenómeno psicológico. E nada mais expressivo, para o documentar, do que a leitura da carta de Junot para Napoleão (16 de Dezembro), em que êsses acontecimentos são narrados pelo chefe do exército francês em Portugal, comparando, depois, os termos em que ela está redigida com as expressões de que se serve Mousinho da Silveira para, a um amigo seu de Castelo de Vide (e por sinal, até, na mesma data), dar conta dos factos ocorridos.

Escreve Junot ao Imperador: — *Depuis deux jours j'ai été occupé à ramener la tranquillité dans la Ville de Lisbonne. Une portion de la plus vile canaille qui inonde les rues de cette Capitale, avait insulté quelques soldats, et ne voulait pas, disait-elle, voir flotter le Drapeau tricolor: quelques coups de fusils et une comission militaire ont ramené le calme, et tout est maintenant tranquille...* — E, numa coincidência de palavras que chega a impressionar, Mousinho da Silveira exprime-se dêste modo: — *No mesmo Domingo, pelo meio dia,*

começou aqui a vil Populaça a estar em movimento contra os Franceses, e deu muitos vivas ao Marquez de Alorna, que nessa hora passou pelo Rocio, quando os Franceses tinham no Castelo arvorado a sua Bandeira. Nêsse dia à noite houverão algumas desordens, e na 2.^a muito cêdo houverão barbaros que ousarão atacar a guarda Franceza do Terreiro do Paço com pedras, etc., houverão alguns mortos, e chegou a haver descarga dada pela tropa. Desde então tem-se tomado as maiores precauçoens contra semelhantes amotinadores, que na 2.^a feira fizerão estar todas as portas fechadas.» E sublinha: — «Que nenhum homem de honra entrasse nesta desordem já V. S.^a sabe: o que lhe posso dizer he que nem entrou huma pessoa cujo nome se saiba ou se conheça. A vil canalha quer perturbar a bella ordem em que tudo se acha, e comprometer a felicidade pública.»

Tempos depois, quando juiz de fóra em Marvão, soube Mousinho da Silveira, com desassombro, emendar o êrro grave em que havia caído. Mas o germe das tendencias anti-nacionais, de que havia dado as provas que registamos, fructificaria, mais tarde, na obra demolidora da sua legislação.

Rodrigues Cavalheiro.

“A queixa tantas vezes formulada pelos homens da geração que nos precedeu — as leis são boas, os homens ê que são máus — condenava esta sociedade, porque não póde haver leis bôas e homens máus simultaneamente, uma vez que deixa de ser lei aquilo que está escrito, mas não se cumpre”.

Oliveira Martins.

Guerra ao fado!

Não nos propomos discorrer ácerca da sua procedencia: de nobre ou de baixa estirpe, transfiguração dos nostálgicos *cantarcillos* galaicos, como pretende o senhor Severo Portela, ou tão arraigadamente nacional a ponto de não ser mais que a *saudade feita música* (!) segundo opinam outros — eis uma questão a discutir por quem se ache, para tal, revestido de especial competência. Pretendemos simplesmente inquirir, dada a expansão que este género de canção tomou, e encarando-o estrictamente debaixo do ponto de vista nacionalista, se a sua influênciã no espirito de um povo como o nosso, de sentimentalidade sempre prestes a descambar no piéguiismo, se pode considerar bôa, digna de aplauso e incitamento, ou, ao contrário, má, e por conseguinte merecedora de censura e reprovação.

Antes, porém, de formularmos o respectivo juizo, valorizemos este breve inquerito com três elucidativos depoimentos.

«Canção infame» embora «encantadora ás vezes»

— não teve duvida em assim classificar o fado esse grande e portuguesissimo poeta que é Afonso Lopes Vieira (*Em demanda do Graal*, p. 359).

O senhor Luís de Freitas Branco, citando Michel Angelo Lambertini, diz que em dicionários anteriores à última metade do seculo XIX não encontrou a palavra *fado* no sentido musical. (*Musica e instrumentos*, na *Questão Ibérica*). E acrescenta, rematando a sua magnifica conferência: *Um integralista não poderá, portanto, conceder fóros de nacional a uma canção popularizada nêstes últimos 50 anos, visto ela ter nascido e se ter desenvolvido quando nós nos desnacionalizávamos.*

Vem, por ultimo, o senhor Severo Portela, que, em artigo intitulado «A' volta do fado» (*Seculo*, ed. da noite de 26-III-919) escreveu, entre outros periodos merecedores de transcrição, este, que reputamos singularmente feliz: O Fado... *Irrompeu, era noite, ao acaso, da garganta escandecida de um Vimioso, que não podendo bradar: Por Santiago! exclamou, pungido: Chorai, fadistas, chorai...*

Concordemos que o fado, com as suas toadas doentes, os seus temas exudantes de amor doentio, é uma canção adormecedora de brios, enfraquecedora de energias, desmoralizadora da vontade, despertando e cultivando o que na nossa sensibilidade existe de inferior e de morbido. Para longe o epíteto de

canção nacional com que sentimentalismos derrancados vaidosamente o enfeitaram! Recusando-lhe guarida na nossa sensibilidade, precaver-nos-hemos, imunisar-nos-hemos contra um dos venenos que mais de manso e de maneira mais insinuante se pretende infiltrar no depauperado organismo nacional.

Ribeiro da Silva.

“O próprio Pombal é o *Desejado*? Não. Fez-se temer, não se fez amar. Cabeça de bronze, coração de pedra. Moralmente, ignobil. Rancoroso, ferino, alheio à graça, indiferente à dôr. Inteligência vigorosa, material e mecânica, sem vôo, sem azas. Um brutamontes raciocinando claro. Falta-lhe o gênio, o dom de sentir, nobreza heróica, vida profunda — humanidade em suma. Máquina apenas... Por isso a obra lhe foi a terra. Pulverizou-se: Sò dura o que vive. Uma raíz esteia mais que um alicerce. Pombal em trez dias, num deserto, quis formar um bosque. Como? Plantando tráves. Adubou-as com mortos e regou-as a sangue”.

Guerra Junqueiro — “Pátria”

As únicas causas que morrem, são aquelas pelas quais ninguém morre.

Louis Veillot.

PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

Não póde sêr!

Publicaram aqui há dias os jornais esta jocosa notícia: a snr.^a D.^a Aldegundes de Bragança, invocando o nome do seu ex-pupílo, o Príncipe D. Duarte Nuno, agraciou o impagável snr. António Cabreira com o titulo de... Conde de Lagos.

Pela nossa parte abrimos a bôca três vêzes, esfregámos com furôr os olhos que julgámos adormecidos, relêmos a gazeta, verificámos com mágua que a data não era carnavalesca, e só depois tomámos o partido de rir franca e abertamente em claras e sonóras gargalhadas à antiga portuguesa.

E esta?

Não querem vêr o sr. António Cabreira promovido à categoria de grande do reino, daquêle reino que a snr.^a D. Aldegundes tem em casa, muito escondidinho, guardado de combinação com o sr. D. Manuel para nos fazer surprêsa numa manhã de nevoeiro?

Pois qualquer dia terêmos o eminente sábio fardado de Conde, com chapéu de dois bicos e tudo, a comemorar a batalha de Ourique naquela tentativa de Academia democrática que ele fundou após a República, de sociedade com mestre Teôfilo, ali a Jesus.

E daí, quem sabe se êle não irá agradecer à Snr.^a Infanta, concedendo-lhe em troca do titulo a Grã-Cruz da Ordem de Santa Maria do Castelo?



Isto não pode sêr! Não e não e não! Que o Snr. D. Manuel, rei de opereta, faça condes de *carnet mondain* é lá com êle e está certo. O sr. D. Manuel é um particular que foi rei e tem fieis. Mas a snr.^a D. Aldegundes que nunca foi rainha, representa um principio e tem adeptos.

Os reis não valem como homens: homens são iguais aos outros e é excepcionalmente que um rei é um génio, exactamente como nas outras familias. Aclma das pessoas dos reis está a instituição, estão os principios. São êsses que os dignificam e que os sagram. São ês ses que os distinguem e elevam. Mas justamente porque assim é, o Rei que perde de vista a sua função social, deixa de ser respeitavel e passa a sêr despresivel.

A Causa Monárquica em Portugal está reduzida a um preciosismo de salões, em que se movem muitas marquezas e baronezas cujos maridos votam no sr. Carvalho da Silva e são amigos de *tu* dos estadistas republicanos. E' um monarquismo de recepções e de bilhetes de visita, em que ficam muito bem os titulos e as corôas respectivas. E' uma comovente saudade dos bons tempos da côrte, aonde muitos dêles nunca foram, mas de que chegaram até hoje adoráveis anedótas imensamente canalhas.

Está certo, portanto, que o Snr. D. Manuel, na vespera dos casamentos da alta sociedade ponha na corbelha dos noivos, tão simpáticos e com tanto sangue azul, o presente delicado dum titulo que o logar-tenente solicitou.

Simplesmente no nosso campo o caso é outro. Aqui combate-se com intelligência e com fé. E' uma parte da melhor mocidade portuguesa que lucha por uma renovação moral, política e económica da sociedade portnguesa, e que, partindo dum nacionalismo esclarecido,

chegou à conclusão monárquica que defende na convicção que só ela proporcionará os meios de realizar a reforma social que pretende levar a cabo.

Antes de sêr partidária do sr. D. Duarte Nuno, foi defensora da ideia monárquica que exige também aos Reis que defendam e respeitem. Isto de fazer titulares de opereta, e mais a mais agraciando Cabreiras, é uma falta de respeito pela ideia que defendêmos e por todos aquêles que em Portugal lutam com entusiasmo e boa fé.

Senão... não!

M. C!

Respondendo ao sr. Mário de Castro

O que se segue, com ligeiras alterações, foi escrito para ser publicado no jornal *A Epoca*. No mesmo jornal saiu a minha primeira carta dirigida ao snr. Castro, nêle desejava responder-lhe ainda, mas como a publicação desta carta se estava demorando, resolvi recorrer à *Ordem Nova*.

Veio o sr. Mário de Castro, num arrazoado que preenchia duas extensas páginas, responder, na sua preclarissima revista, à minha carta.

Intelizmente não posso responder-lhe assim por atacado, porque à *Ordem Nova* falta espaço para questões mais momentosas e de mais palpitante interêsse.

Vamos à resposta.

Volto, snr. Castro, a insistir, que a reportagem de *A Epoca* em nada discorda das suas palavras.

Houve conferencias escutadas com atenção (sem barulho será talvez melhor) e aplaudidas para não dizer toleradas. Isto aconteceu especialmente com as conferências que não tinham rótulo político, mas em compensação outras houve em que o barulho se fez sentir grandemente. Nem o snr. Castro nega, que, na conferência de Câmara Reis, o barulho foi ensurdecador, chegando até a afirmar-se, que êsse se-

nhor não concluíra a leitura da sua catilinaria anti-fascista. Mas... isto é só para os leitores "que não residem em Coimbra porque para os que aqui residem tudo isto é ocioso".

Vejamos agora, a questão das sessões de propaganda Integralista, realizadas pela *Seára*.

Antes de mais, é bom recordar ao snr. Castro que na aludida reportagem se dizia «Notas amenas duma reportagem a sério».

Diz o snr. Castro que essas sessões, as da *Seára*, foram, como não ha ninguem que contéste, um ataque cerrado ás doutrinas reacionarias nos seus varios aspectos». Pois bem: Nós que dêsse "ataque cerrado" contavamos sair "com as hostes bastante abaladas", pelo contrário, vimo-las "miraculosamente" engrossar, com estudantes e operários.

Ninguem disse que a *Seára* não recolhesse adeptos.

Simplesmente se disse em tom faceto que a *Seára*, dando ocasião a novos alistamentos, fizera propaganda Integralista. Lembre-se o snr. Castro, que foi depois da contradicta do meu camarada, o alistamento dos operarios.

Mas adiante.

Escreveu o snr. Castro, com uma vaidade capaz "de fazer estoi-rar de riso o mais sisudo" que desfez "esmagadoramente, a débil ar-gumentação" do meu camarada. E como o prova? Com isto: "dentro da sala não se ouviu uma sò voz ou rumor contrário à estrondosa ovação que coroou as minhas ultimas palavras".

O argumento da multidão!.....

Mas..., snr. Castro, foi esta mesma multidão que aplaudiu Cunha Leal, quando ha um ano (?) "desfez esmagadoramente a débil ar-gumentação" da contradicta que o senhor lhe pretendeu levantar!...

Mas... foi esta mesma multidão, que, ha pouco tempo, na sessão de propaganda Cunha Leal, fez entupir miseravelmente os seus cama-radas, quando, por vezes, tentaram ápartes!...

Aqui tem o valôr do seu argumento!...

A verdade, a espantosa verdade, é que o senhor não desfez a ar-gumentação do meu camarada, deu explicações.

*

* *

Pede-me o senhor, com ares pimpões, que prove ser a calúnia

costume velho da gente da *Seára*. Aqui tem resposta: António Sergio, o chefe, à volta do qual os senhores se agrupam por necessidades de corpo (?) e de espirito, no dizer de Rodrigues Migueis, é o homem que para caluniar António Sardinha, não duvidou falsificar textos. Aqui tem já um, que além de ser caluniador, é ainda um refinado falsário.

Raúl Proença, o da luz electrica, no seu furor anti-fascista, não duvidou publicar, contra as informações dos jornais, que Amendola morrêra em virtude dos máus tratos e sevícias dos fascistas. E isso não é verdade, porque Amendola declarára, momentos antes de morrer, que não queria a sua morte explorada, como, com a de Mateotti, se fizêra. E nem sequer êste caluniador pode abonar-se com a ignorância do que afirma.

“As provas que me pediu aqui as tem bem vivas”.

Escreveu o snr. Castro "... eu não desafio os reaccionários a impugnarem (as afirmações que ia produzir), pela só razão de que a falta de character que patentearam nesta emergência, tornaria inutil semelhante repto". Julguei eu, como qualquer pessoa insusceptivel de advinhar, que o snr. Castro se referia a todos os reaccionarios e, por isso, o desafiei a apresentar uma só prova da falta de character dos estudantes Integralistas de Coimbra. Afinal o snr. Castro respondeu, restringindo a falta de character aos articulistas. "Não lhe chegou a lingua para dtzer o que queria", mas eu disso não tenho culpa.

O mais interessante é que depois dessa restrição, e eu dos articulistas não curava, pretende o snr. Castro ter-me respondido, desfechando-me o seguinte:

“A prova que o snr. Abrantes me pediu aqui a tem bem viva”.

E' vêr como este senhor, apesar do seu português de branco, tem uma lógica de prêto.

Uma de duas: Ou prova a falta de character dos articulistas, e isso além de lho não ter pedido seria ainda questão a discutir, e então não sei a que vem dizer-me que aqui tenho a prova pedida, ou a querer sustentar que me provou o que lhe pedia, e, como da falta de character dos meus camaradas nada conseguiu provar, todas as pessoas honestas o terão de considerar o ultimo dos caluniadores, "e eu por mim o ultimo dos canalhas".

Agora opte porque nunca mais lhe responderei.

António Abrantes Tavares.

Isso:— Salvêmos as raparigas!

Diário de Noticias tem ôlho. Quando calha conta, dengoso e maganão, os *casos da rua* mais despeitorados e sujos, com grandes orgias de vocábulos femininos que despertam uivos de gôso nos velhotes lá da casa.—O filho mata o Pai?—*Diário de Noticias* conta tudo, com grandes prolixidades, conversas, coisas intimas, a pouca vergonha toda.—Certa menina escapuliu-se do colégio?—Vá de tudo relatar, publicando cartas íntimas, assoalhando cinicamente os desvarios da familia...

Mas agora *Diário de Noticias* deu em ser casto:—Salvemos as raparigas! Salvemos as raparigas!

... Pois salvemos as raparigas!

No entanto, o *Diário de Noticias* publicáva há dias uma carta donde se vê que não é tão fácil como parece, salvar as raparigas.

Sr. director—*diz um leitor entusiasta da «Cruzada»*—Tenho acompanhado com o maior interêsse a sua muito oportuna campanha a favor das raparigas em perigo moral. Permita Deus que não seja tempo perdido, que o jornal de que V. é digno director não esmoreça e que alguma coisa de util saia para o país.

Alguma coisa está feito, mas pouco é, visto que já alguns homens de intelligencia invulgar toearam nessa grande obra, como, por exemplo, o saudoso padre António de Oliveira, Sousa Costa, dr. Pedro de Castro, antigo juiz do Tribunal de Protecção a Menores, padre Araujo Coutinho, hoje digno chefe da secretaria do Reformatório, Padre António de Oliveira, dr. Ramos Preto e o conselheiro Campos Henriques.

Homens como estes, que empregaram todos os seus esforços para salvar as menores em perigo moral, honraram uma causa. Pouco é o que está feito, mas tenho fé de que dentro em pouco tempo mais alguma coisa estará feito. E que se ten'ia dado um grande passo para a regeneração de tantas menores delinquentes.

O pior é que para apoiar o que vai dizendo, o digno correspondente do *Diário* acrescenta:

«Sr. direc.or, para o caso citarei um exemplo digno de nota: quem diria que a illustre poetisa Beatriz Delgado tenha sido aluna do Reformatório Padre António de Oliveira e que, depois de cultivada a sua intelligencia, vinha a ser uma grande escritora? Como esta, muitas outras intelligencias, depois de cultivadas, seriam uteis à sociedade».

Bonito! Mas se o Reformatório, depois de cultivadas e mesmo adubadas as intelligências, desata a formar escritoras do tamanho e com as artes da sr.^a Beatriz—estamos fritos!

Reforme-se o Reformatório se fôr preciso; mas cautela com as alunas videirinhas, não vão ás vezes dizer que os vícios delas os trouxeram de lá.

Promessas da "Ordem Nova"

Ordem Nova tem andado atrazada. Não raro os directores, o administrador, os amigos, são inquiridos com intimativa e indignação.

—Então quando sai essa *Ordem Nova*?

Ordem Nova está sempre para sair. Daqui a dias... Mas o director vai veranear, os tipógrafos faltam, os colaboradores passeiam, as máquinas de impressão rangem—e a *Ordem Nova* atraza-se.

Decerto os leitores desculpam. Como êles, a revista preguiçou cheia de calma durante o verão. Como êles, guardou para o inverno o melhor das suas energias, as mais esfusiantes das suas graças e os mais tremendos dos seus ataques.

O calôr nunca foi propício às ideias, à política, à crítica, à inclemência.

Promete, pois, a *Ordem Nova*, para os números que se seguem, pontualidade e interêsse, bom aspecto, riso franco e opiniões desassombradas, como sempre teve.

Apenas uma condição põe aos seus leitores em troca de tantas e seductoras promessas que lhes faz: a condição de a ajudarem financeiramente na medida em que ela o pedir e de a propagarem com entusiasmo e ardôr.

Por exemplo e para começar:—vão à cobrança depois d'êste nú-

mero os recibos respeitantes à segunda metade d'êste volume. Espera a *Ordem Nova* que nenhum dos seus assinantes deixará de pagar os exiguos escudos que lhes custa a manutenção desta ardente trincheira donde se defendem os sãos principios. Espera e não desespera...

S. Francisco de Assís

Comemora-se no presente ano o 7.º centenário da morte do glorioso S. Francisco de Assís. Revista católica, revista revolucionária, revista escandalosa, não pôde a *Ordem Nova* ficar indiferente no meio do côro dos louvores que de toda a Cristandade se vão erguer para glorificar o Santo profundamente católico, que se distingue em todo o agiológio pelo seu espírito gentilmente revolucionário—pelo seu ardôr em escandalisar os homens, revelando à sua fraqueza o entusiasmo apaixonado dum coração forte amando a Deus.

Nenhum santo tem sido mais querido dos inimigos da Igreja, nenhum também foi tão caluniado por êles. Fizeram-no filantrôpo, democráta, socialista, filósofo, enciclopedista. Anunciáram a sua adesão à Internacional, alistaram-no nos *sans-cullotes*, os poetas trataram-no por "confrade nas lêtras" e os críticos de barbas compridas e testa enrugada descobriram que êle tinha sido discípulo de Buda, panteísta e não sei que mais.

Deixando aos outros tarefas mais fáceis e mais agradáveis, nós comemoraremos este centenário denunciando *as falsificações de S. Francisco*. E nem sequer esqueceremos certa espécie de católicos que fazem destas coisas sublimes umas mesquinhas e acanhadas *colslnhas* como diria o nosso bom Garcia de Resende...

O salvador de Moçambique

Historia progressa...

Em fins de 1917 a revolução de Sidonio Pais foi encontrar à tes-

ta do govêrno de Moçambique, uma das mais gradas figuras do democratismo — o sr. Alvaro de Castro.

A provincia de Moçambique encontrava-se então em estado de guerra, com alemães dentro do seu territorio, como de todos é sabido, e, embora o seu governador, áquella data, já não exercesse, cumulativamente, o cargo de comandante em chefe das forças em operações, o certo é que o lugar que o sr. Castro desempenhava, em face das circunstâncias graves que a provincia atravessava, era cheio de tremendas responsabilidades, exigindo a maior ponderação e patriotismo da parte de quem o exercesse. Que faz, porém, o sr. Alvaro de Castro, mal tem notícia da revolução? Telegrafa immediatamente pedindo a demissão — o que nada tem de estranhavel; mas, não contente com isso, entrega o govêrno da provincia e abandona-a sem esperar resposta ao telegrama que enviára — o que já não foi só estranhavel, ou censuravel, porque foi mais que tudo isso: foi um gesto criminoso, que em qualquer país, que não o nosso, onde o império da justiça fosse um facto, não passaria sem sévêra e exemplar punição! Escusado será dizer que o colonial e patrióta insigne que esta façanha revela nem sequer, no seu regresso à metropole, foi submetido a conselho de guerra...

O que por cá fez depois o illustre politiquete, que só pode ser considerado um grande colonial por haver sido, na pleiade de mediocridades que ultimamente têm governado as colónias, um sofrível governador de Moçambique — é por demais conhecido e dispensa comentários. Alma danada, como foi, da resistencia ao sidonismo, os nobres propósitos da revolução de 28 de Maio, se fôsem cumpridos à risca, atiravam com tão preclaro cidadão para a vala comum dos homens públicos falidos onde, desde ha muito devia jazer. *Sabotado*, porém, como foi, aquele prometedôr movimento de resgate, os políticos causadores da ruina da Nação voltaram a ser gente, têm sido não só carinhosamente agasalhados como até conscientemente reabilitados — e junto do sr. Alvaro de Castro desde logo se fizeram todas as instancias — implorou-se, mendigou-se, rastejou-se, para que S. Ex.^a se dignasse aceitar o lugar de alto commissário de Moçambique!

Todos acharam bem, afinal; os aplausos esfusiaram em tórno da resolução governamental — e qualquer dia veremos *o salvador de Moçambique*, justamente ufano do seu triunfo, ir barra em fóra, sorrin-

do desdenhosamente... das *saidas de sendeiro* em que deram, por fim, as *entradas de leão* dos homens do 28 de Maio!

Cunha Leal e Alvaro de Castro foram já apaparicados, e, além de governadores, encontram-se governados: será bom agora, senhores do govêrno, que se não esqueçam de José Domingues dos Santos — não vá ele ficar, no lauto bôdo aos políticos, com a cara de um judeu em domingo de Páscoa...

R. S.

RESPONDENDO AO SR. MÁRIO DE CASTRO)

Nota da redacção — "Ordem Nova" evita quanto possivel dar guarida a questões pessoais, a discussões estéreis e a polémicas sem utilidade. Abre uma excepção para o seu colaborador Abrantes Tavares porque lhe não é lícito vedar-lhe o direito de se defender e aos seus e nossos amigos de Coimbra.

Os termos da resposta justificam-se com os termos da carta do snr. Mário de Castro, donde Abrantes Tavares aproveitou grande número de expressões que no texto vão entre aspas.

O tribunal chamado da opinião pública não tem, portanto, razão de ser: não se póde aceitar, nem admitir. Uma sociedade que tão claramente patenteia, pelas suas caprichosas incoerências, carecer dos princípios em que se baseia o fiel, a permanente, a imútavel interpretação do dever, não tem opinião. A consagração da colectividade das incompetências, das inépcias ou das maldades é um oprobrio. Quando quizerdes convencer-nos de que vos assiste o direito de uos julgar no mal, provae-nos primeiro que tendes e que exerceis a faculdade de nos guiar para o bem.

Ramalho Ortigão — "As Farpas", vol. 3.º

INSTITUTO DE ANTONIO SARDINHA

O Instituto António Sardinha deve iniciar a sua actividade no corrente mês, com uma série de conferências e círculos de estudos regularmente realizados.

Todos os nacionalistas se devem inscrever como sócios subscritores, pagando a cota «minima» mensal de 2\$50.

Também no presente mês deve começar a funcionar a «Secretaria Geral de Propaganda Nacionalista», onde se poderão obter todas as informações, subsídios bibliográficos, etc., que sejam necessários.

EXPEDIENTE

Condições de assinatura

	6 números	12 números
Continente, Ilhas e Espanha	12\$50	24\$00
Colónias portuguezas	—	36\$00
Estrangeiro	—	40\$00

Número avulso: 2\$50

Para os assinantes da *Nação Portuguesa* e eclesiásticos, no Continente:

6 números: 10\$00

12 números: 20\$00

As assinaturas não pagas directamente à Administração sofrem um aumento de *um escudo* para despesas de correio. As despesas de cobrança das assinaturas das colónias e estrangeiro são de conta dos srs. assinantes.

A todos aqueles para quem enviamos a revista e não a queiram assinar pedimos a fineza de a devolver no mais curto prazo de tempo. Aos que a não devolverem manda esta administração cobrar, em todos os períodos de cobrança, as assinaturas em dívida. Rogamos, porém, a todos os srs. assinantes que tenham as suas assinaturas em atraso o favor de as liquidarem prontamente, a fim de nos evitarem maiores prejuizos.

Toda a correspondência relativa a assuntos de Administração deve ser dirigida para o

Largo do Directório, 8, 3.º

LISBOA

